

RESUMO
[ABSTRACT]

XXVII Congresso Brasileiro de Espeleologia

Januária MG, 04-14 de julho de 2003

Sociedade Brasileira de Espeleologia

**LEVANTAMENTO ESPELEOLÓGICO DA REGIÃO CÁRSTICA DE
ARCOS, PAINS, DORESÓPOLIS, CÓRREGO FUNDO E
IGUATAMA, FRENTE ÀS ATIVIDADES DEGRADADORAS**

Paulo Sérgio D. TEIXEIRA ; Marcelo S. DIAS**

* - pslavras@navinet.com.br - IBAMA/CECAV - MG

Rua Afonso Pena, nº 236, Centro, Cep: 37200-000, Lavras, MG.

** - mdias@task.com.br - Guano Speleo - IGC/UFMG

Rua Cristina, nº 770/02, São Pedro, Cep: 30330-130, Belo Horizonte, MG.

Este trabalho, desenvolvido em parceria entre o Centro Nacional de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas CECAV/IBAMA e Grupo Guano Speleo - IGC/UFMG, apresenta um levantamento preliminar das cavidades naturais subterrâneas. Objetiva um diagnóstico, para permitir a visualização global, da importante situação ambiental existente na região cárstica. Região que engloba o município de Pains e parte dos municípios de Arcos, Bambuí, Córrego Fundo, Doresópolis, Formiga, Iguatama, Pium-i e Pimenta. Deste trabalho inicial, constatou-se 753 cavernas, um grande número de dolinas, vários sítios arqueológicos e paleontológicos, uma relevante diversidade da fauna cavernícola e a uma grande complexidade hídrica subterrânea. Como também foi possível identificar que, a corrida para ocupação do solo e instalação de empresas para o desmonte e beneficiamento do calcário, utiliza processos inadequados ao ambiente em que estão inseridas. Isto acabou por provocar, desnecessariamente, uma irreparável degradação ambiental na região como, por exemplo: a mineração de cavernas, a extinção de fauna cavernícola endêmica, a degradação de sítios arqueológicos e paleontológicos; o soterramento da vegetação e de inúmeras dolinas; o assoreamento dos cursos d'água subterrâneos e modificação das áreas alagadas em épocas de chuvas. Estes fatores demonstram a urgente necessidade de ações de gestão ambiental. Ações estas que permitam, além do controle e proteção deste patrimônio, a sensibilização da sociedade civil, dos órgãos governamentais e dos empreendedores, criando condições para compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com vistas a uma exploração ambientalmente sustentável, em consonância com a legislação específica.